

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



NOTA JUSTIFICATIVA

O concelho do Fundão tem 700,13 km², com uma população de 26 509¹ habitantes sendo a densidade populacional de 38 hab./km². Com áreas remotas e menos densas, fustigadas pela desertificação causada pelo abandono das terras, a rede pública de transportes há muito que deixou de ser suficiente para cumprir com os requisitos impostos pelo encerramento de escolas do primeiro ciclo por todo o concelho, obrigando a uma rede complementar de transportes escolares.

Dada a dispersão demográfica existente no Concelho do Fundão, há muito que existe, por parte das transportadoras públicas, a impossibilidade de poder abranger toda população com horários compatíveis com o horário laboral e escolar. Assim, atendendo a estes constrangimentos das empresas públicas e, norteados por um critério de justiça e de bem servir, assim como da premência de dar resposta às necessidades dos alunos e suas famílias, promove a autarquia a criação de Circuitos Especiais para colmatar as referidas necessidades e assegurar as melhores condições aos alunos do concelho para que os mesmos atinjam o máximo desempenho das suas capacidades, apostando na qualidade do acesso à escola.

Atendendo à complexidade da rede escolar, que se tem vindo a intensificar devido à reorganização da mesma, pretende-se com este Manual de Procedimentos definir e clarificar os procedimentos inerentes ao serviço de transportes escolares na Câmara Municipal do Fundão.

O presente Manual de Procedimentos é exequível pelo poder regulamentar conferido pelo art.º 241 da Constituição da República Portuguesa e elaborado com base nas atribuições ao nível da Educação, e mais concretamente ao nível dos Transportes Escolares, cfr. alínea d) do nº 2 do art. 23º e alínea gg) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. De salientar ainda que foi tido em conta para a elaboração do presente manual, o Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Portaria nº 181/86 de 6 de Maio, a Portaria nº 9/2023, de 4 de janeiro, a Lei de Bases da Educação (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986, na sua atual redação), assim como a Lei n.º 85/2009 de 27 de Agosto e ainda o Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de Março, ambas na sua atual redação e a Portaria n.º 97-A/2024, de 5 de janeiro, que atribui a gratuitidade dos passes para utilização do transporte público dos jovens estudantes até aos 23 anos.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1º

1. A rede de transportes escolares do concelho do Fundão integra uma rede de circuitos especiais que pretende suprir a falta de rede pública nas localidades onde não existem, ou encerraram os estabelecimentos de ensino, motivando assim um esquema adequado de transporte escolar, servindo os estabelecimentos de ensino e a residência dos alunos.

¹ Censos 2021

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



2. O Transporte Escolar abrange alunos residentes no concelho do Fundão e, excecionalmente, alunos que, embora residentes em concelhos vizinhos pretendam frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho, sendo que se destina a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória.
3. Os apoios serão concedidos de acordo com os critérios definidos na legislação em vigor.
4. O Presente Manual de Procedimentos determina que, no concelho do Fundão, o Transporte Escolar é garantido a todos os alunos matriculados em estabelecimentos de ensino da sua área de residência e/ou àqueles alunos que hajam sido matriculados compulsivamente em estabelecimentos de ensino situados fora das áreas das suas residências, e desde que a distância casa-escola seja igual ou superior a 3 Km e que reúnam as condições previstas no presente manual.
5. Entende-se por estabelecimentos de ensino da sua área de residência a escola mais próxima da residência do aluno ou a escola de acolhimento aquando o reordenamento da rede escolar.
6. Para efeitos de medição da distância casa-escola, considera-se o portão de acesso à propriedade como sendo o da habitação “casa”, sendo esta norma aplicada, quer no caso das moradias e andares, quer nas grandes propriedades, em que a habitação pode estar muito afastada da via pública.

Artigo 2º

Circuito Especial

1. O Município do Fundão garantirá a alunos do ensino básico e do ensino secundário, o acesso ao Transporte Escolar em Circuito Especial entre o local da sua residência e o estabelecimento de ensino da sua área de residência, desde que a distância casa-escola seja igual ou superior a 3 km e não seja assegurado pela rede pública de transportes.
2. O Município do Fundão garantirá, igualmente, o transporte Escolar em Circuito Especial entre o local da sua residência e o estabelecimento de ensino àqueles alunos que hajam sido matriculados compulsivamente em estabelecimentos de ensino situados fora das áreas das suas residências.
3. Além destes alunos serão ainda analisados, casuisticamente, os processos de:

3.1 Alunos dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Formação que demonstrem não estar abrangidos por financiamento alternativo, designadamente comunitário, e que, nesta medida poderão ser objeto de acordo de colaboração para os transportes entre a Câmara Municipal do Fundão e os Agrupamentos/Ministério da Educação.

3.2 Alunos dos Cursos Profissionais e dos Cursos de Formação cuja área de residência não seja abrangida pela rede pública de transportes e que, nessa medida, poderão integrar os circuitos especiais de transporte escolar da Câmara Municipal do Fundão, em acordo de comparticipação, nos termos do nº 4 do artigo 67.º do Decreto-Lei 21/2019 de 30 de janeiro, com os Agrupamentos/Ministério da Educação.

3.3 Crianças com Necessidades Educativas Especiais que, independentemente da distância entre a escola e a residência do agregado familiar, possam utilizar os circuitos públicos de transportes escolares

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



(sendo que, nos casos em que residam a menos de 3kms têm que, obrigatoriamente, fazer prova, por intermédio de um relatório técnico médico, da incapacidade para se deslocarem a pé).

3.4 O Município do Fundão poderá ainda, assegurar a título excepcional, o Transporte Escolar em circuito especial, a alunos do ensino básico e secundário, que residam a menos de 3kms, desde que apresentem agregado familiar com graves problemas de natureza social, sendo que deverá ser comprovada a necessidade de utilizar transporte, por relatório técnico municipal, e que este apoio se revele fundamental para o sucesso escolar do aluno.

3.5 O Município do Fundão poderá ainda, assegurar a título excepcional, o Transporte Escolar em circuito especial, a alunos do ensino básico, que residam a menos de 3kms sempre que a necessidade do transporte resulte do reordenamento da rede escolar (encerramento da escola da área de residência dos alunos).

3.6. Alunos do ensino pré-escolar, até que seja legislado em portaria, conforme previsto no nº1 do artigo 68º do DL 21/2019, desde que estes possam integrar os circuitos especiais, não interferindo com a lotação dos veículos, exclusivamente no período escolar previsto para a escolaridade obrigatória e desde que seja comprovada a incapacidade dos pais para garantir o transporte dos filhos, de acordo com os seguintes critérios por ordem de prioridade:

1. A idade do aluno estar mais próxima da idade da escolaridade obrigatória;
2. A comprovada situação socioeconómica do agregado familiar do aluno, através de declaração probatória do escalão do abono de família;

3.7. Alunos do ensino básico que por motivos devidamente comprovados de ausência de vaga ou de resposta formativa no estabelecimento de ensino da rede pública da sua área de residência frequentem outro estabelecimento de ensino que cumpra o requisito em falta;

Artigo 3º

1. Compete ao Município do Fundão organizar anualmente o Plano de Transportes Escolares, complementando a rede de transportes públicos, de acordo com a procura verificada em cada ano letivo, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

2. Os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas do Concelho do Fundão colaborarão com a autarquia com vista à elaboração do Plano de Transportes Escolares, fornecendo atempadamente todos os elementos necessários à sua concretização.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



Artigo 4º

1. No que respeita a Circuitos Especiais, o transporte escolar efetuar-se-á nos horários de entrada e saída dos estabelecimentos de ensino.
2. Os Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas serão sempre responsáveis pelos seus alunos, até à hora de transporte, mesmo na situação em que, por ausência de professor ou qualquer outra circunstância, não haja atividade letiva e os mesmos não tenham sido previamente informados.
3. O Encarregado de Educação será sempre, responsável pela deslocação do seu educando, entre a sua residência e o ponto de paragem do Transporte Escolar.

Artigo 5º

(Circuitos adaptados)

O Município garante a oferta de transporte adaptado, aos alunos abrangidos por medidas ao abrigo da educação inclusiva com dificuldades de locomoção, nos termos do disposto na alínea b), do artigo 20.º, do decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atual e cuja identificação de necessidade tenha sido validada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

CAPÍTULO II

SECÇÃO I

DIREITO AO TRANSPORTE ESCOLAR

Artigo 6º

1. O direito ao Transporte Escolar aplica-se, no âmbito do manual, em regra, aos alunos do Ensino Básico e Secundário, residentes no concelho do Fundão, enquadrados nas seguintes situações:
 - a) Matriculado no estabelecimento de ensino da área da sua residência, desde que a distância casa-escola seja igual ou superior a 3 Km;
 - b) Matriculado compulsivamente em estabelecimento de ensino situado fora da área da sua residência, por não haver vaga, curso ou disciplina específica, desde que a distância casa-escola seja igual ou superior a 3 Km.
2. A situação referida na alínea b) do n.º 1 terá de ser devidamente comprovada pelo estabelecimento de ensino da área de residência do aluno.

SECÇÃO II

PENALIZAÇÕES

Artigo 7º

Motiva a perda do direito à utilização de Transporte Escolar no caso em que os alunos:

- a) Deixem de frequentar com regularidade o estabelecimento de ensino, reprovem por faltas, ou sejam suspensos/expulsos;

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



- b) Utilizem indevidamente ou de forma irresponsável o transporte, nomeadamente, quando pratiquem atos de vandalismo;
- c) Manifestem com frequência comportamentos agressivos para com os colegas, vigilantes e/ou motoristas;
- d) Não respeitem as orientações e recomendações dos vigilantes e/ou motoristas pondo em causa a segurança do transporte.
- e) Outros motivos devidamente comprovados pela autarquia.

Artigo 8º

As falsas declarações implicam, independentemente de participação criminal, a suspensão imediata do direito ao Transporte Escolar e o reembolso do montante correspondente ao benefício auferido.

CAPÍTULO III

SECÇÃO I

PROCEDIMENTOS

Artigo 8º

1. O Município do Fundão distribuirá anualmente pelos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas os boletins de candidatura e as respetivas instruções para o seu devido preenchimento.
2. É da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas divulgar os requisitos necessários referidos em 1. para que os alunos possam beneficiar de apoio de Transporte Escolar, facultando o Manual de Procedimentos bem como informando os encarregados de educação sobre o resultado do seu pedido.
3. O processo de candidatura, para efeitos de benefício de Transporte Escolar, é realizado anualmente no ato de matrícula ou renovação, para o ano escolar seguinte, cumprindo-se o abaixo indicado:
 - a) O aluno que efetue matrícula pela 1ª vez num estabelecimento de ensino ou no caso de se registar alteração de residência ou de percurso/circuito de transporte escolar preenche a ficha de candidatura a transporte escolar;
 - b) O aluno que efetue renovação de matrícula, no estabelecimento de ensino que frequentou no ano anterior, e não havendo alteração de residência, nem de percurso/circuito de transporte escolar, preenche impresso de renovação para utilização de transporte escolar.
4. No 1º Ciclo do Ensino Básico compete aos pais/encarregados de educação a organização do processo de candidatura dos seus educandos a qual deverá ser entregue na Divisão de Educação, sendo posteriormente analisados e validados pelo Presidente da Câmara Municipal.
5. Nos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Secundário compete aos Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas organizar o processo de acesso ao Transporte Escolar por parte dos seus alunos, o qual será posteriormente analisado na Divisão de Educação e validado pelo Presidente da Câmara Municipal.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



6. Os processos de candidatura serão remetidos, anualmente, para a Divisão de Educação até ao último dia útil de junho de cada ano, salvo casos devidamente justificados.

Artigo 9º

1 - Após a data prevista no artigo anterior, apenas serão aceites candidaturas para concessão de Transporte Escolar nas seguintes condições:

- a) Transferência de escola, por motivo de alteração de residência do agregado familiar do aluno;
- b) Transferência de escola, por motivo de alteração de escolha de curso;
- c) Alterações ocorridas no agregado familiar que interferem diretamente com o acesso do aluno ao estabelecimento de ensino e que possam ser devidamente atestados.

2- Todos os casos previstos no número anterior devem ser devidamente comprovados.

Artigo 10º

1. De acordo com o aprovado anualmente no Plano de Transportes Escolares em Reunião de Câmara, os Serviços Municipais analisarão as candidaturas e, após competente Despacho pelo Presidente da Câmara Municipal, informarão os Agrupamentos de Escolas/ Escolas Não Agrupadas, dos alunos com direito a transporte escolar, através de anúncio.

2. No caso de indeferimento, o Município do Fundão informará do motivo que levou à exclusão do aluno, se esse esclarecimento for solicitado por escrito e nos termos do CPA.

3. Nos casos individuais de pedido de transporte extemporâneo, a informação será feita através de ofício, enviado ao requerente, com conhecimento ao Agrupamento de Escolas/ Escolas Não Agrupadas do aluno.

SECÇÃO II

TRANSPORTE ESCOLAR EM CIRCUITO ESPECIAL

Artigo 11º

Anualmente, o Município do Fundão definirá os percursos dos circuitos especiais, as paragens e horários, em função das especificidades dos alunos a transportar, numa determinada área do concelho.

SUBSECÇÃO I

ALUNOS

Artigo 12º

Os alunos que usufruem de Transporte Escolar em Circuito Especial deverão cumprir o horário estabelecido bem como utilizar as paragens definidas pelo Município do Fundão.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DO FUNDÃO



Artigo 13º

Os encarregados de educação dos alunos, com necessidades de saúde passíveis de se manifestarem durante o percurso casa – escola, deverão informar o estabelecimento de ensino dessa situação, com o objetivo de prevenir e minimizar eventuais situações de risco.

Artigo 14º

Os alunos que utilizam circuitos especiais devem cumprir as normas de segurança rodoviária, higiene e limpeza, não comer, não sujar ou danificar a viatura e não permanecer de pé ou circular com a viatura em movimento.

SUBSECÇÃO II

ESCOLAS

Artigo 15º

1. Sempre que se verifiquem alterações aos dados dos alunos transportados, fornecidos no início de cada ano letivo, deverão os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas remeter competente informação ao Município, no prazo de 2 dias após o conhecimento.
2. Os Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas têm o dever de informar o Município sempre que se verifique a alínea a) do artigo 6º do presente manual.
3. Cumpre aos Agrupamentos de Escolas ou Escolas Não Agrupadas informar o Município, dos dias em que não há necessidade serviço de transportes por motivo de ausência de atividade letiva no estabelecimento de ensino.

SUBSECÇÃO IV

Disposições Finais

Artigo 16º

- 1- Todos os pedidos que ultrapassem as datas fixadas neste Manual serão analisados, caso a caso, pelos serviços do Município do Fundão, tendo em consideração a relevância da situação apresentada.

Artigo 17º

Os casos omissos do presente Manual de Procedimentos serão devidamente analisados pelo Presidente da Câmara Municipal mediante requerimento apresentado pelos interessados.